

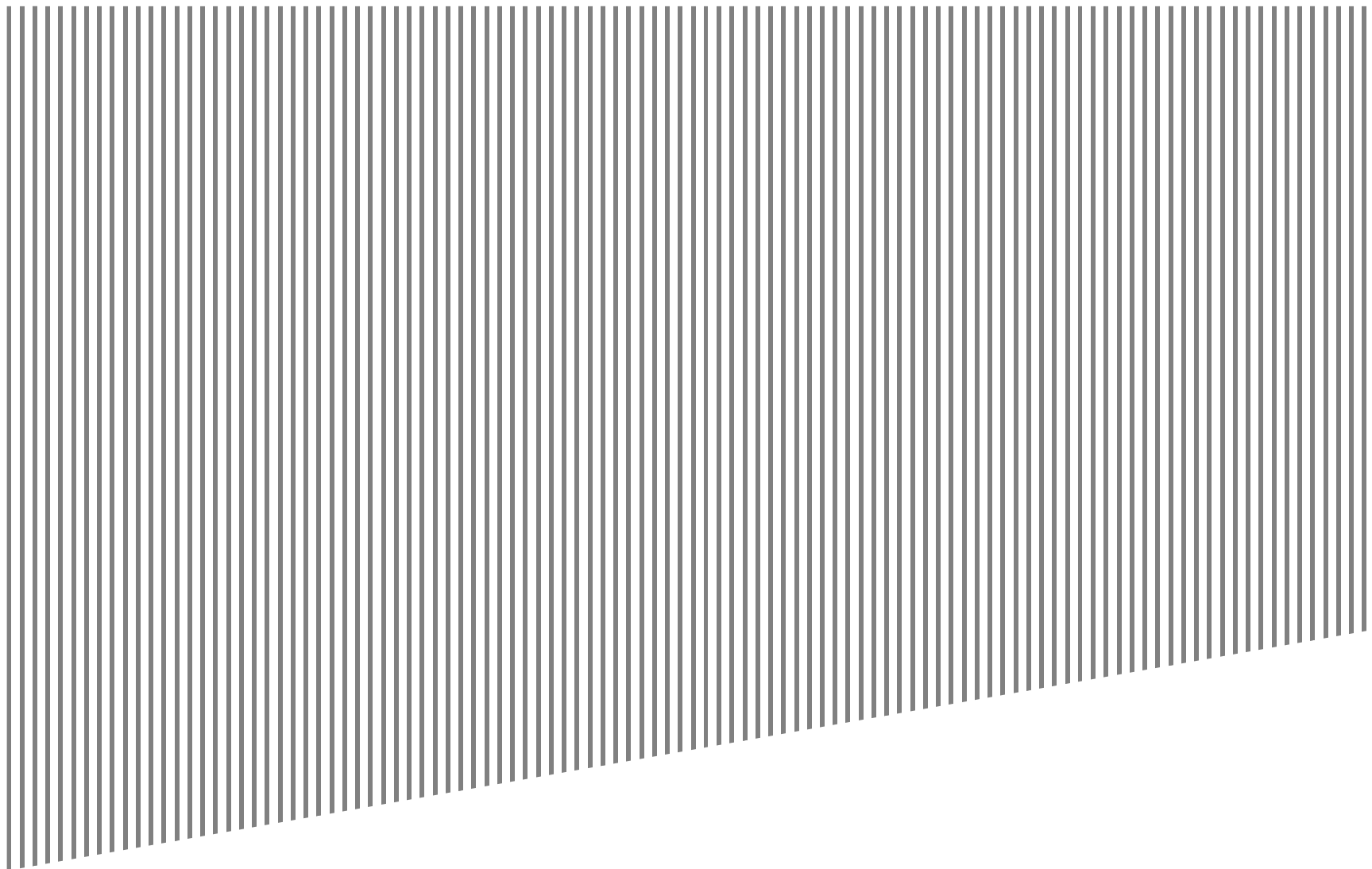
Ambiental Transportes Urbanos Ltda.

Sumário executivo do diagnóstico das práticas contábeis

2014



Diagnóstico das práticas contábeis



Quadro resumo do diagnóstico das práticas contábeis

Apresentamos abaixo o resumo do volume de itens identificados por tópicos, sendo que os comentários detalhados estão apresentados nas páginas subsequentes:

Descrição	Quantidade de itens
Ausência de divulgação	3
Fragilidade nos procedimentos contábeis	11
Ausência de conciliação	4

Comentários gerais:

- ▶ As divulgações em notas explicativas de forma mais detalhada, além de ser uma exigência requerida nos pronunciamentos técnicos contábeis, auxilia terceiros em suas análises.
- ▶ As deficiências nas análises e/ou conciliações de contas contábeis podem ocasionar em divergências, bem como, apresentações inadequadas das demonstrações contábeis.
- ▶ É necessário que as contas contábeis patrimoniais estejam devidamente suportadas por conciliações e/ou composições de forma a comprovarem os respectivos saldos, podendo estas, ser objeto de análise em uma eventual fiscalização por órgãos reguladores.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de divulgação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação dos objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis, mais especificamente pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 11.
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação da data e de quem autorizou a emissão das demonstrações contábeis.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	A Empresa deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização, atendendo ao requerido no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 32.9.
Partes relacionadas	Ausência de divulgação das informações requeridas de acordo com as normas contábeis, como por exemplo: remuneração do pessoal-chave da Administração e transações com partes relacionadas.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	Divulgar as informações de acordo com o pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 33.5 a 33.14.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Adiantamento	Saldos pendentes há longa data e sem a respectiva análise de realização.	Ausência de análise dos adiantamentos pendentes há longa data pode ocasionar itens não realizáveis, e consequentemente, ocasionar em apresentação inadequada dos saldos contábeis de adiantamentos.	Elaborar análise e adotar um critério que a Empresa entenda ser suficiente para fazer frente às possíveis perdas com a falta de realização de adiantamentos, em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.4.
Estoque	<p>Existem peças de reposição, cuja expectativa de utilização pela Administração é de mais de um exercício social, classificadas no grupo de contas dos estoques, como, por exemplo: motores, pneus e peças de veículos.</p> <p>De acordo com a norma contábil, peças de reposição dessa natureza devem ser classificadas como ativo imobilizado.</p>	<p>A ausência de classificação de bens como ativo fixo pode ocasionar a ausência de depreciação e, dessa forma, superavaliar o resultado do exercício.</p> <p>A classificação de peças de reposição, cuja expectativa de utilização é de mais de um exercício social, no grupo de contas de Estoque pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.</p>	As peças de reposição que a Empresa espera utilizar por mais de um período devem ser reclassificadas para o ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.5.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Depósito judicial	A Empresa possui depósitos judiciais referente a processos em andamento que não vêm sendo atualizados monetariamente.	A ausência de atualização monetária pode ocasionar na subavaliação dos ativos e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	A atualização monetária deve ser reconhecida na contabilidade pelo regime de competência de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.36.
Imobilizado	Ausência de realização da análise de redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado e intangível.	A ausência da análise de redução ao valor recuperável pode ocasionar em ativos registrados com saldos acima de seu valor recuperável.	Elaborar anualmente documentação suporte para análise de indicativo de redução ao valor recuperável, a fim de que o saldo contábil não seja superior ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 27.1.
Imobilizado	A Empresa não apresentou estudo técnico para estimar a vida útil e o valor residual dos bens constantes do seu ativo imobilizado a fim de atendimento da norma contábil.	A ausência das análises de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado pode ocasionar na utilização de taxas de depreciação não condizentes com a vida econômica do bem, a depreciação e valores residuais.	Elaborar, anualmente, documentação suporte para respaldar a prática adotada na estimativa da vida útil do bem e valor residual conforme Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.18.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Obrigações sociais	<p>Há empréstimos consignados com funcionários registrados no montante de R\$51.328, em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>Conforme a composição obtida junto à Administração da Empresa, há saldos referentes aos empréstimos consignados pendentes de longa data.</p>	A ausência da análise dos saldos pendentes há longa data referente aos empréstimos consignados gera saldos em aberto sem perspectiva de realização em saldos não baixados quando do efetivo pagamento, ocasionando, dessa forma, distorções nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve analisar as operações em aberto de empréstimos consignados de modo a identificar possíveis saldos pendentes de regularização, bem como para efetuar a classificação quanto à liquidação destas operações entre passivo circulante e não circulante, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 4.1.
Provisão para demanda judicial	A Empresa possui provisão para demanda judicial registrado como causa provável que não estão sendo atualizados monetariamente.	A ausência de atualização ao valor justo das provisões para demanda judicial pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.	A atualização monetária deve ser reconhecida na contabilidade pelo regime de competência de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 21.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Provisão para demanda judicial	<p>A Empresa registrou o montante de R\$1.073.000 referente aos processos judiciais em aberto com probabilidade de perda, de acordo com os assessores jurídicos da Empresa, classificada como possível e remota, em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>A norma contábil determina que sejam registrados os processos cuja probabilidade de perda será classificado como provável.</p>	O registro dos processos judiciais com probabilidade de perda possível e remota está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando a apresentação inadequada nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve analisar os processos judiciais cuja probabilidade de perda seja possível e divulgar um breve descritivo sobre a natureza destes processo, de acordo com o requerimento do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 21.15.
Provisão para demanda judicial	A Empresa registrou provisão para demanda judicial, classificado como passivo circulante. De acordo com a norma contábil, a classificação no passivo circulante deve ser realizada, quando a Empresa espera liquidar o passivo no período de até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Tendo em vista a natureza da operação dos processos que estão em andamento e a não expectativa da Empresa em liquidar esse passivo nos próximos 12 meses, esse montante deveria ser classificado como um passivo não circulante.	A classificação de provisão para demanda judicial cuja expectativa de pagamento exceder 12 meses como passivo circulante está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando a apresentação inadequada nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve reclassificar o saldo contábil da provisão para demanda judicial para o passivo não circulante, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 4.7 e 4.8.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Receita bruta na demonstração do resultado	<p>A Empresa apresentou, na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a receita bruta, os impostos incidentes sobre a receita e a receita líquida.</p> <p>Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Empresa quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviço não são benefícios econômicos que fluam para a Empresa e não resultam em aumento do patrimônio líquido. E portanto, devem ser excluídos da receita.</p>	<p>A apresentação da demonstração da receita bruta e respectivos impostos na demonstração do resultado ocasiona em divulgação das demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.</p>	<p>A Empresa deve apresentar na demonstração do resultado o valor da receita líquida dos tributos sobre venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 23.4.</p> <p>Adicionalmente, a Empresa deve apresentar a abertura da receita em nota explicativa específica.</p>
Participação de funcionário	<p>A Empresa divulgou na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Participação de funcionários", classificado no grupo de contas de Resultado Financeiro.</p> <p>Vale ressaltar que a norma contábil determina que as despesas com funcionários sejam apresentadas como resultado operacional.</p>	<p>A demonstração das despesas com funcionários no grupo de contas do resultado financeiro ocasiona a divulgação das demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.</p>	<p>A Empresa deve apresentar as despesas com funcionários em um grupo de contas de custo ou despesa operacional na demonstração do resultado, em linha com o requerido no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 5.7.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de conciliação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações								
Caixa e bancos	<p>Na conta de caixa e bancos existem contas com pendências há longa data, como por exemplo: cheques emitidos, porém não compensados.</p> <p>Como os cheques possuem prazo de validade para sua compensação, indagamos a Administração sobre estas operações e não existe uma previsão de realização ou baixa destes valores em aberto.</p> <p>A posição em 31 de dezembro de 2012 está abaixo demonstrada:</p> <table> <tr> <td><u>Descrição</u></td> <td><u>R\$</u></td> </tr> <tr> <td>Contábil</td> <td>1.132.974</td> </tr> <tr> <td>Extrato</td> <td><u>1.081.966</u></td> </tr> <tr> <td>Divergência</td> <td>51.008</td> </tr> </table>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	Contábil	1.132.974	Extrato	<u>1.081.966</u>	Divergência	51.008	A ausência de análise dos cheques emitidos e não compensados pode ocasionar registros contábeis incorretos.	Elaboração de análise e adoção de um critério que a Empresa entenda ser suficiente para fazer as suas devidas compensações em acordo ao prazo estabelecido.
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>										
Contábil	1.132.974										
Extrato	<u>1.081.966</u>										
Divergência	51.008										
Estoque	<p>Divergência não conciliada entre o relatório de movimentação do estoque e o saldo contábil em 31 de dezembro de 2012:</p> <table> <tr> <td><u>Item - carroceria</u></td> <td><u>R\$</u></td> </tr> <tr> <td>Contábil</td> <td>74.093</td> </tr> <tr> <td>Relatório do estoque</td> <td><u>72.144</u></td> </tr> <tr> <td>Divergência</td> <td>(1.949)</td> </tr> </table>	<u>Item - carroceria</u>	<u>R\$</u>	Contábil	74.093	Relatório do estoque	<u>72.144</u>	Divergência	(1.949)	As divergências não conciliadas entre o relatório de estoque e saldo contábil geram distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de evitar divergências não conciliadas entre o relatório de estoque e saldo contábil.
<u>Item - carroceria</u>	<u>R\$</u>										
Contábil	74.093										
Relatório do estoque	<u>72.144</u>										
Divergência	(1.949)										

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de conciliação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações								
Fornecedores	<div>Divergência não justificada entre a posição financeira e o saldo contábil em 31 de dezembro de 2012:</div> <table><tr><td><u>Descrição</u></td><td><u>R\$</u></td></tr><tr><td>Contábil</td><td>1.040.340</td></tr><tr><td>Relatório financeiro</td><td><u>713.831</u></td></tr><tr><td>Divergência</td><td>326.509</td></tr></table>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	Contábil	1.040.340	Relatório financeiro	<u>713.831</u>	Divergência	326.509	A ausência de conciliação entre o relatório financeiro de fornecedores e o saldo contábil gera distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de evitar divergências não justificadas entre o relatório financeiro de fornecedores e o saldo contábil.
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>										
Contábil	1.040.340										
Relatório financeiro	<u>713.831</u>										
Divergência	326.509										
Parcelamento de tributos	<div>Divergência entre o saldo contábil e o extrato do REFIS, em 31 de dezembro de 2012:</div> <table><tr><td><u>Descrição</u></td><td><u>R\$</u></td></tr><tr><td>Contábil</td><td>5.661.602</td></tr><tr><td>Extrato</td><td><u>5.707.397</u></td></tr><tr><td>Divergência</td><td>45.795</td></tr></table>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	Contábil	5.661.602	Extrato	<u>5.707.397</u>	Divergência	45.795	A ausência de conciliação entre o saldo contábil e o saldo do extrato de REFIS pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de identificar as diferenças entre documentação suporte e saldo contábil, efetuando-se os ajustes necessários.
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>										
Contábil	5.661.602										
Extrato	<u>5.707.397</u>										
Divergência	45.795										